TRIBUNAL DA COMARCA DE CASTRO DAIRE

Anúncio (extracto) n.º 17469/2011

Processo: 113/11.3TBCDR — Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Insolvente: Selvametro — Madeiras Derivadas Unipessoal, L.da., NIF — 508383030, Endereço: Zona Industrial da Ouvida, Monteiras, 3600-476 Castro Daire

Administrador de Insolvência: Aníbal dos Santos Almeida, Endereço: Rua D. António Alves Martins, Edifício Humberto Delgado, n.º 40, 5.º-b, 3500-078 Viseu

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado por despacho de 08-11-2011.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: a insuficiência da massa insolvente para satisfazer as custas do processo e restantes dívidas da massa insolvente.

14-11-2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Lino Daniel Ramos Anciães*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Alberto Nobre dos Santos*.

305358291

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE COIMBRA

Anúncio n.º 17470/2011

Processo n.º 3174/11.1TJCBR
Insolvência pessoa colectiva (requerida)

Publicidade de Sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência

No 2.º Juízo Cível de Coimbra, no dia 11-11-2011, pelas 9:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Nifer-Mac-Máquinas e Ferramentas, L.da, NIF-504183761, Endereço: Av. Dr. Elisio de Moura, 367, 3030-183 Coimbra, com sede na morada indicada. Foi fixado a residência do legal representante da devedora Arlindo Joaquim Félix Morais na Rua Seabra de Albuquerque, n.º 29, 1.º andar, 3020-115 Coimbra.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio a saber: Manuel Melo da Silva Cruz, NIF-170980499, Endereço: Rua do Rebolim, N.º 116, Ribeira de Frades, 3040-857 Coimbra. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* artº. 36.º CIRE). Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham. Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 Artigo 128.º CIRE). Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º CIRE): A proveniência do crédito, data de vencimento, montante de capital e de juros; As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas; A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável; A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes; A taxa de juros moratórios aplicável. É designado o dia 24-01-2012, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. A assembleia ora designada poderá também destinar-se a ouvir os credores sobre o encerramento do processo nos termos do disposto no artigo 232.º CIRE, na hipótese de o A.I. constatar a insuficiência da massa insolvente para a satisfação das custas do processo e restantes dívidas da massa. É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 Artigo 72.º CIRE). Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º C.P.C. (n.º 2 artigo 25.º CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 artigo 9.ºCIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte. Informação Plano de Insolvência. Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º CIRE). Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º CIRE).

14-11-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Mónica Bastos Dias*. — O Oficial de Justiça, *Ana Paula Pratas*.

305362746

TRIBUNAL DA COMARCA DO ENTRONCAMENTO

Anúncio (extracto) n.º 17471/2011

Processo n.º 1033/11.7TBENT — Insolvência pessoa singular (Apresentação) — N/Referência: 1034189

Insolvente: João Carlos Pereira Figueiredo
Credor: Banco Credibom, S. A., e outro(s).

No Tribunal Judicial do Entroncamento, Secção Única de Entroncamento, no dia 08-11-2011, pelas 09:15 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

João Carlos Pereira Figueiredo, estado civil: Casado (regime: Casado), nascido(a) em 17-02-1986, NIF 241618550, BI 13635197, Segurança social 10956217824, Endereço: Rua das Fontainhas, 2.ª Vivenda Direita, 2330-512 Entroncamento com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Maria Teresa Martins Revês, Endereço: Estrada de Benfica, 388, 2.º Esq., 1500-001 Lisboa

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter Pleno [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;